



**GEF ÁREAS
PRIVADAS**

CONSERVANDO
BIODIVERSIDADE E
PAISAGENS RURAIS

Relatório sobre o Plano de sensibilização e engajamento para a APA da Bacia do Rio São João

Abril de 2020



ONU
meio ambiente



INSTITUTO
INTERNACIONAL PARA
SUSTENTABILIDADE

MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL

Ficha técnica - equipe do IIS

Coordenador Geral do Projeto: Bernardo Strassburg

Coordenador do Componente 1: Agnieszka Latawiec

Responsável Técnica: Veronica Maioli

Equipe Técnica: Veronica Maioli, Lara Monteiro, Camila Islas e Fernanda Gomes

(Este relatório foi desenvolvido no âmbito da “Sub-estratégia 1.1.1.1 - Programa de conscientização e engajamento de proprietários para manejo sustentável da paisagem, manejo sustentável florestal e recuperação de vegetação nativa em propriedades na APA da Bacia do Rio São João”).



INSTITUTO
INTERNACIONAL PARA
SUSTENTABILIDADE

MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL

PROJETO GEF ÁREAS PRIVADAS – Conservando Biodiversidade e Paisagens Rurais

Agência Financiadora: Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF)

Agência Implementadora: ONU Meio Ambiente

Coordenação: Ministério do Meio Ambiente (MMA)

Agência Executora: Instituto Internacional para Sustentabilidade (IIS)



SUMÁRIO

Apresentação	5
Importância de sensibilizar e engajar diferentes atores sobre as problemáticas socioambientais	6
Por que fazer um plano de sensibilização e engajamento?.....	8
Plano de sensibilização e engajamento no contexto do Projeto GEF Áreas Privadas....	10
Objetivo do Plano	11
Estrutura do Plano e métodos de sensibilização e engajamento.....	12
Etapas do Plano de sensibilização e engajamento	14
I. Compreensão das ações do Plano de sensibilização e engajamento	14
i. Breve diagnóstico socioeconômico e ambiental da APA São João	15
ii. Mapeamento dos atores e iniciativas da APA São João	21
iii. Desafios e potencialidades para os grupos-alvo na APA São João	28
II. Definição das ações do Plano de sensibilização e engajamento	38
III. Execução das ações do Plano de sensibilização e engajamento	45
IV. Monitoramento das ações do Plano de sensibilização e engajamento.....	46
Referências	48



APRESENTAÇÃO

O “Projeto GEF Áreas Privadas – Concretizando o potencial de conservação da biodiversidade em áreas privadas no Brasil”, é financiado pelo Global Environment Facility (GEF), por meio do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (ONU Meio Ambiente), e executado pelo Instituto Internacional para Sustentabilidade (IIS), sob coordenação do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e tem como objetivos contribuir para a conservação da biodiversidade e para a provisão dos serviços ecossistêmicos em áreas privadas no Brasil, reduzir a perda e degradação florestal e ampliar o manejo sustentável da paisagem. O Projeto se divide em três Componentes: 1) Implementação de áreas pilotos na Mata Atlântica e no Cerrado; 2) Estabelecimento de acordo com empresas do setor florestal (papel e celulose); e 3) Melhoria das capacidades do governo para incorporar o valor de conservação de áreas privadas em políticas públicas.

No âmbito do Componente 1, a área piloto da Mata Atlântica tem como foco a Área de Proteção Ambiental (APA) da Bacia do Rio São João/Mico Leão Dourado (APA de São João), que possui uma área de 150.700 hectares e está localizada no estado do Rio de Janeiro. Para esta área piloto, estão previstas a implementação de seis sub-estratégias de atuação: 1.1.1.1 - Programa de sensibilização e engajamento de atores chaves; 1.1.1.2 - Unidades demonstrativas (UDs) voltadas para boas práticas agropecuárias e manejo de paisagem; 1.1.1.3 - Programa de treinamento para extensionistas e outros interessados; 1.1.1.4 - Compromisso legais para recuperação da vegetação nativa; e 1.1.1.5 - Monitoramento de espécies ameaçadas de extinção (Figura 1).

Neste contexto, este relatório apresenta o **Plano de Sensibilização e Engajamento para a APA da Bacia do Rio São João /Mico-leão-dourado (RJ)** no âmbito do Componente 1, sob a Sub-estratégia 1.1.1.1.



INSTITUTO
INTERNACIONAL PARA
SUSTENTABILIDADE

MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE





Figura 1. Sub-estratégias do Projeto GEF Áreas Privadas para a APA São João.

IMPORTÂNCIA DE SENSIBILIZAR E ENGAJAR DIFERENTES ATORES SOBRE AS PROBLEMÁTICAS SOCIOAMBIENTAIS

As crises socioambientais enfrentadas pela humanidade no século XXI não são novidade e têm se tornado cada vez mais frequentes (*e.g.*, mudanças climáticas, perda de biodiversidade, segurança alimentar etc.). Ainda assim, o avanço na conscientização pública sobre esses temas e as consequentes mudanças no comportamento da população para lidar com esses problemas tem sido lentas. Estudos têm mostrado que para sensibilizar e engajar a população, não basta apresentar o conhecimento científico disponível sobre como lidar com um determinado problema socioambiental (Delacollette et al. 2011). Mais do que isso, é preciso motivar e envolver a população na problemática em questão para que compreendam a importância de uma natureza conservada para o bem-estar humano (Box 1). Sem isso, é improvável que atores-chaves e/ou a população em geral mudem de

Mudança de comportamento (Box 1)

Pesquisas em psicologia social mostram que apenas a conscientização teórica, baseada em fatos e figuras, não faz as pessoas mudarem seus comportamentos. O cérebro humano é programado para aprender com narrativas e histórias que mexem com suas emoções, criam empatia e prendem a atenção, ajudando a atender e lembrar das mensagens passadas (Hesselink *et al.* 2007).

comportamento e passem a incorporar práticas sustentáveis em suas vidas (Hesselink *et al.* 2007). Além disso, as mudanças necessárias para lidar com esses problemas complexos não dependem apenas de escolhas individuais, mas também de articulações em todos os níveis, do local ao global.

Diversos programas, iniciativas e estratégias ambientais internacionais (*e.g.*, Convenção para Diversidade Biológica -CDB, Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente-UNEP, Plataforma Intergovernamental sobre Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos-IPBES, Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas-IPCC) ressaltam a falta de conscientização pública como uma das principais barreiras para atingir seus objetivos de mitigação e transformação ambiental. Por causa disso, diversas regulamentações e acordos internacionais, relacionados à conservação da biodiversidade e provisão de serviços ecossistêmicos, destacam a necessidade de compreensão e participação da sociedade civil em ações de conservação da natureza e melhoria do bem-estar humano. Este é o caso das Metas de Aichi, propostas durante a 10ª Conferência das Partes realizada durante a CBD em 2010, na Província de Aichi-Japão. As 20 metas propostas visam reduzir a perda da biodiversidade em âmbito mundial, até 2020. A Meta 1 estipula que *“em 2020, no mais tardar, as pessoas devem estar cientes dos valores da biodiversidade e do que podem fazer para conservá-la e para usá-la sustentavelmente”*¹.

No Brasil, entre outras iniciativas, o Plano Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa (PLANAVEG), criado em 2017 através do Decreto nº 8.972, é um dos instrumentos legais que reforça a necessidade de sensibilização e engajamento da população para questões ambientais e restauração de florestas. O Plano visa ampliar e fortalecer políticas públicas, incentivos financeiros, mercados, tecnologias de recuperação, boas práticas agropecuárias e outras medidas necessárias para a recuperação

¹ As Metas de Aichi estão atualmente sendo reformuladas no, ainda em construção, “Post-2020 Global Biodiversity Framework” da Convenção da Diversidade Biológica. Embora não haja ainda uma definição final, o primeiro esboço apresenta 20 metas para 2030. Dentre essas metas está a 17ª, “Pessoas em todos os lugares tomando medidas mensuráveis em direção ao consumo e estilo de vida sustentáveis, levando em consideração as condições culturais e socioeconômicas individuais e nacionais, alcançando até 2030 níveis de consumo justos e sustentáveis” e 18ª. “Promover a educação e a geração, compartilhamento e uso de conhecimentos relacionados à biodiversidade, no caso dos conhecimentos tradicionais, inovações e práticas dos indígenas povos e comunidades locais com seu consentimento livre, prévio e informado, garantindo até 2030 que todos os tomadores de decisão tenham acesso à informações confiáveis e atualizadas para o gestão da biodiversidade” (CBD Secretariat, 2020, tradução própria).



INSTITUTO
INTERNACIONAL PARA
SUSTENTABILIDADE

MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE



da vegetação nativa, principalmente em áreas de preservação permanente (APP) e reserva legal (RL), em áreas degradadas com baixa produtividade agrícola. O PLANAVEG possui um total de oito estratégias e tem, como sua primeira estratégia, a sensibilização, que defende um “*movimento de comunicação com foco em agricultores, agronegócio, cidadãos urbanos, formadores de opinião e tomadores de decisão, a fim de promover a consciência sobre o que é a recuperação da vegetação nativa, quais benefícios ela traz, e como se envolver e apoiar este processo*”.

Nesse sentido, ações de conscientização socioambiental, voltadas para atores locais em paisagens rurais, poderiam contribuir para o cumprimento de metas nacionais e internacionais orientadas à conservação da biodiversidade e provisão de serviços ecossistêmicos, ressaltando a importância ambiental e os benefícios socioeconômicos gerados através da conservação de recursos naturais (e.g. água limpa, solo fértil, alimentos com maior qualidade, etc.), da proteção e/ou recuperação das APPs e RLs, e da gestão integrada da propriedade. Além da conscientização, é necessário que a população se engaje nas tomadas de decisão para conservar e utilizar os recursos naturais de forma sustentável.

Portanto, a importância de sensibilizar e engajar atores em problemáticas socioambientais tem sido reconhecida mundialmente, nos mais diversos níveis de políticas públicas. O desafio atualmente é entender qual a melhor maneira de realizar essas ações, considerando os diferentes temas, públicos-alvo, localidades e durações de projetos e atividades.

POR QUE FAZER UM PLANO DE SENSIBILIZAÇÃO E ENGAJAMENTO?

Diversos termos e definições são utilizados para descrever o “*envolvimento das pessoas e comunidades nos processos decisórios de alguma situação problema que as afeta*”, e incluem palavras como engajamento, participação pública e consulta à comunidade. Conquistar a confiança e cooperação das comunidades, apesar de ser central para envolver atores em iniciativas voltadas à desaceleração dos processos de perda de biodiversidade e provisão de serviços ecossistêmicos, não é um processo trivial.

Nesse sentido, o processo de sensibilização permite que as partes envolvidas identifiquem as preocupações, riscos, oportunidades, opções e possíveis soluções



INSTITUTO
INTERNACIONAL PARA
SUSTENTABILIDADE

MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE



associadas ao problema, gerando possivelmente mudança de comportamento, especialmente quanto à utilização dos recursos naturais e manejo da paisagem (Hesselink *et al.* 2007). Nesse contexto, um plano de sensibilização e engajamento é uma ferramenta útil que pode contribuir para guiar os envolvidos (atores locais e equipe do Projeto) e gerar benefícios (Box 2) durante esse processo.

A sensibilização e o engajamento de diferentes atores... (Box 2)

...geram benefícios que incluem:

- Conscientização e entendimento compartilhado da comunidade sobre determinado problema socioambiental e possíveis soluções
- Decisões mais informadas, e legitimadas em torno de questões controversas
- Aprimoramento das vias de comunicação, como o uso e o desenvolvimento de redes comunitárias
- Desenvolvimento de capacidades individuais e comunitárias
- Desenvolvimento de um mecanismo de avaliação das políticas existentes

Esses benefícios podem gerar:

- Maior adesão e apoio da comunidade ao projeto e as ações implementadas
- Melhores relações entre a comunidade e a equipe do projeto
- Maior empoderamento das comunidades para lidar com o problema tratado
- Desenvolvimento de políticas e prestação de serviços mais adequados à realidade local

Um plano de sensibilização e engajamento tem como objetivo principal auxiliar não apenas os executores do projeto a colocar o plano em ação, como também os demais tomadores de decisão, pesquisadores e atores interessados, gerando mudanças no comportamento de seu público alvo. Através do auxílio na preparação de diretrizes para as atividades do projeto, espera-se que o Plano potencialize a participação dos membros da comunidade em iniciativas locais, regionais e nacionais, e fortaleça as relações entre pessoas da comunidade local e a equipe do projeto, maximizando os benefícios aos quais o Plano se propõe. Espera-se, inclusive, que ao longo do projeto possivelmente surgirão obstáculos à sua implementação e que o Plano pode auxiliar a entendê-los e potencialmente guiar e direcionar futuras ações. Além disso, o Plano pode servir de exemplo e auxiliar outros atores e projetos na implementação de atividades de sensibilização e engajamento em outros locais no Brasil.



INSTITUTO
INTERAMERICANO PARA
SUSTENTABILIDADE

MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL

PLANO DE SENSIBILIZAÇÃO E ENGAJAMENTO NO CONTEXTO DO PROJETO GEF ÁREAS PRIVADAS

As áreas privadas contam com 53% dos remanescentes de vegetação nativa no Brasil (Soares-Filho et al. 2014). Essas áreas podem potencialmente contribuir com a conservação da biodiversidade e manutenção de serviços ecossistêmicos, principalmente em zonas rurais. Para tal, elas precisam ser manejadas de forma sustentável, onde é fundamental o envolvimento dos atores locais, direta ou indiretamente responsáveis pelas decisões sobre o uso da terra (e.g., proprietários de terra, arrendatários, assentados, extensionistas rurais, etc.). Esses atores precisam estar conscientes sobre a importância e os benefícios gerados pela natureza, e engajados quanto à incorporação de práticas agropecuárias sustentáveis nas suas atividades produtivas. Além disso, é preciso haver o suporte e o fortalecimento de políticas públicas voltadas para esse tema (Holl et al. 1995; Mansourian et al. 2018).

Dessa forma, o Projeto GEF Áreas Privadas incluiu uma estratégia de atuação voltada à implementação de um Plano de sensibilização voltado para diferentes atores-chaves da APA São João, cujo princípio central é a participação e o co-desenvolvimento de atividades e ações junto às comunidades locais. Esse posicionamento visa estabelecer uma relação de confiança entre o Projeto e a comunidade, imbuir a sensação de pertencimento dos atores, além de fortalecer as relações locais. Espera-se que, por meio da sensibilização dos atores locais, a implementação do projeto seja mais bem recebida na região e que a assiduidade nos eventos previstos seja crescente, aumentando as chances de sucesso das demais estratégias do projeto no médio-longo prazo, assim como a continuidade de algumas ações. Para que essa relação de confiança e envolvimento das comunidades seja efetivo, é fundamental compreender as realidades locais, identificar objetivos comuns e definir estratégias de ação que tragam múltiplos benefícios para os diferentes perfis de atores.

A partir dessa compreensão, as ações implementadas, através deste Plano, poderão guiar e subsidiar as demais atividades planejadas e desenvolvidas pelas outras sub-estratégias do Projeto na APA São João (Figura 1). Dessa forma, entende-se que a sub-estratégia de sensibilização e engajamento é transversal e fundamental para a aceitação e o futuro engajamento dos atores nas ações do Projeto.



INSTITUTO
INTERNACIONAL PARA
SUSTENTABILIDADE

MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE



Objetivo do Plano

Este Plano de Sensibilização e Engajamento tem como objetivo principal maximizar o número de atores pré-dispostos a adotar técnicas de Manejo Sustentável da Paisagem (MSP), Manejo Sustentável Florestal (MSF) e/ou recuperação da vegetação nativa na APA São João, área de atuação Projeto GEF Áreas Privadas. Além de identificar as demandas das comunidades locais e as possíveis sinergias de ações locais com as atividades do Projeto, garantindo a ampla e contínua participação de atores interessados nas atividades no mesmo, particularmente dos proprietários de terra da região.

De forma específica, o Plano visa:

- ❖ Identificar ações para o estabelecimento de uma relação de confiança entre as comunidades locais da APA e a equipe do Projeto GEF Áreas Privadas;
- ❖ Informar, sensibilizar e engajar a população local, especialmente proprietários de terra sobre:
 - Os benefícios de implementar boas práticas agropecuárias, uso sustentável dos recursos naturais e o manejo integrado da paisagem;
 - A importância da presença de vegetação nativa para a manutenção dos serviços ecossistêmicos e o seu bem-estar, tanto no nível local quanto regional;
 - A importância da adequação ambiental para estar em conformidade com a Lei de Proteção da Vegetação Nativa (LPVN) e o Código Florestal;
- ❖ Formar redes de comunicação para troca de experiências entre os atores envolvidos nas atividades produtivas e educacionais da região;
- ❖ Fortalecer iniciativas que promovem alternativas mais produtivas e sustentáveis de uso da terra.

ESTRUTURA DO PLANO E MÉTODOS DE SENSIBILIZAÇÃO E ENGAJAMENTO

Este Plano começou a ser desenvolvido anteriormente ao início das atividades em campo e apresenta, portanto, propostas de ações mais gerais (Box 3). À medida que o Projeto for avançando, algumas dessas ações poderão ser alteradas e/ou refinadas, dado que o Projeto se caracteriza por ser participativo e ter uma gestão adaptativa. Portanto, este Plano foi (e está sendo) construído de forma: 1) **TRANSPARENTE**, para proporcionar aos atores locais clareza sobre as atividades que serão desenvolvidas; 2) **EFICAZ**, para que as ações previstas atinjam o objetivo central de sensibilizar e futuramente engajar os atores locais durante o tempo de execução do projeto GEF; e 3) **FLEXÍVEL**, possibilitando o redirecionamento ou reestruturação das ações sempre que necessário. Ressalta-se a grande importância da flexibilidade das ações do Plano, pois na medida em que o Projeto avança, novos atores farão contato com o Projeto e novas informações ou questionamentos poderão surgir.

O que queremos com este Plano? (Box 3)

- Alinhar as atividades com os objetivos do Projeto e interesses das comunidades locais
- Implementar atividades e desenvolver abordagens:
 - Significativas para as comunidades locais
 - Alinhadas às boas práticas ambientais
 - Participativas
 - Com objetivos simples, claros e honestos
 - Transparentes para os atores envolvidos
 - Disseminando informações acessíveis e precisas

O Plano de Sensibilização e Engajamento adota, como quadro conceitual, o método proposto pelo Programa Convenção de Comunicação, Educação e Conscientização Pública (*The Convention's Communication, Education and Public Awareness - CEPA*) da União Internacional para Conservação da Natureza (*International Union for Conservation of Nature - IUCN*). O CEPA possui um plano estratégico (*toolkit*) (Hesselink *et al.* 2007) que inclui quatro etapas: **Compreensão, Definição, Execução e Monitoramento**. De forma complementar, será utilizada como estratégia de sensibilização e engajamento, uma abordagem específica para mudança de comportamento no nível local: o Marketing Social de base Comunitária (MSBC, ou *Community-based Social Marketing - CBSM*) (McKenzie-Mohr, 2011).

O MSBC baseia-se na psicologia social, que defende que a mudança de comportamento é mais eficaz quando realizada no nível da comunidade, envolvendo contato direto com pessoas. Esta abordagem é aplicada como uma alternativa às campanhas informativas que se limitam à distribuição de folhetos, *newsletters* e propaganda na mídia e que pressupõe, erroneamente, que mudanças no comportamento



INSTITUTO
INTERNACIONAL PARA
SUSTENTABILIDADE

MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE



são trazidas pelo aumento do conhecimento sobre uma questão e a promoção de atitudes favoráveis a uma atividade desejada. Essa abordagem consiste em: identificar barreiras que impedem a adoção do comportamento sustentável, projetar uma estratégia que utiliza ferramentas de mudança de comportamento, aplicar uma estratégia piloto a um pequeno segmento de uma comunidade e, finalmente, avaliar o impacto do programa, uma vez que foi implementado em toda a comunidade. Este Plano foi planejado e será executado nas seguintes etapas: compreensão, definição, execução e monitoramento (Figura 2).

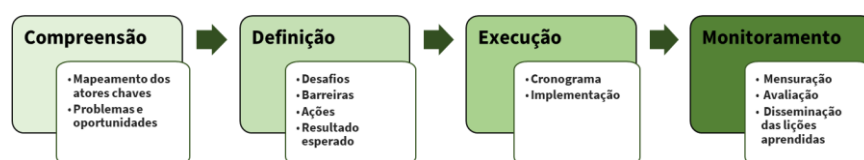


Figura 2. Etapas e atividades do Plano de Sensibilização e Engajamento da APA da Bacia do Rio São João / Mico-leão-dourado, baseado no quadro conceitual da “*Convention’s Communication, Education and Public Awareness (CEPA)*” (Hesselink *et al.* 2007).

ETAPAS DO PLANO DE SENSIBILIZAÇÃO E ENGAJAMENTO

I. Compreensão das ações do Plano de sensibilização e engajamento

A etapa de Compreensão é crucial para o planejamento de ações voltadas à sensibilização e ao engajamento do público-alvo, que visem maximizar suas chances de participação, e do sucesso na implementação das ações (Box 4). Esta etapa consistiu do uso de um conjunto de métodos de pesquisa participativa para levantar informações sobre o contexto social, ambiental e econômico da APA São João, área de atuação do Plano de Sensibilização e Engajamento. Assim, as atividades de compreensão foram subdivididas em três etapas: i) breve diagnóstico socioeconômico e ambiental da APA São João², contendo o histórico de uso da terra e o mapeamento das atividades socioeconômicas locais; ii) mapeamento dos atores e iniciativas da APA São João; e iii) definição dos desafios, oportunidades e ameaças dos grupos-alvo. Todo o conteúdo presente nesta etapa se baseia nas informações coletadas de forma participativa a partir de: a) três *workshops*³ realizados nos anos de 2016, 2018 e 2019; b) questionários-piloto aplicados com 30 proprietários rurais da APA São João; c) um diagnóstico socioeconômico elaborado

Por que a etapa de compreensão é a primeira? (Box 4)

Como mostrado anteriormente, as pessoas tendem a prestar atenção em assuntos em que já possuem interesse. Portanto, ainda que a equipe do Projeto prepare cuidadosamente mensagens sobre conservação da natureza ou recuperação da vegetação nativa, se as mensagens não fizerem sentido para o dia-a-dia na comunidade elas não serão internalizadas. Por isso, compreender o contexto no qual as comunidades-alvo estão inseridas é fundamental para planejar ações de sensibilização e dar sentido para elas frente aos olhos das comunidades locais.

² É um resumo do “Diagnóstico socioeconômico e ambiental da APA São João” desenvolvido pela equipe do Projeto GEF que é mais robusto e contém maiores informações sobre a APA São João.

³ O *workshop* realizado em 2016 reuniu, principalmente, representantes governamentais e teve como objetivo conhecer a problemática ambiental e socio-econômica da APA São João e identificar os principais desafios para o manejo sustentável da paisagem na região. O 2º *workshop*, realizado em 2018, reuniu representantes e líderes de Instituições/Redes/Associações atuantes na APA São João além de representantes governamentais, e teve como objetivo apresentar o Projeto GEF – Áreas Privadas na região, bem como validar os problemas e as soluções associados a cada uma das sub-estratégias levantadas através de dinâmicas participativas. Por último, foi realizado o 3º *workshop*, ao qual deu-se o nome de “Encontro de Proprietários Rurais”. Este evento buscou apresentar formalmente o projeto para os proprietários rurais, produtores e extensionistas da APA, validar as narrativas de comunicação, bem como as principais linhas de ação a serem executadas pelo Projeto através de dinâmicas participativas.

internamente pela equipe do Projeto; e d) reuniões bilaterais⁴ realizadas com diferentes atores da APA São João.

i. Breve diagnóstico socioeconômico e ambiental da APA São João:

O território da APA São João apresenta diferentes problemas socioeconômicos e ambientais e distintos usos e cobertura da terra. Nele, estão presentes diversos atores como: proprietários de terra de diferentes setores e níveis sociais, associações locais, escolas, instituições de pesquisa, empresas do terceiro setor e setores do governo. A heterogeneidade de atores e de uso da terra torna o processo de envolvimento da comunidade local especialmente desafiador, o que dificulta ainda mais a implementação efetiva do Plano de Sensibilização. Para auxiliar no entendimento da situação da área e o perfil da população local, a equipe do Projeto realizou um diagnóstico socioeconômico e ambiental da APA São João (IIS 2019). Apenas as informações consideradas mais relevantes para caracterização da APA foram incluídas nessa sessão.

A APA da Bacia do Rio São João / Mico-leão-dourado engloba parcialmente a área de sete municípios: Silva Jardim, Casimiro de Abreu, Rio Bonito, Araruama, Cabo Frio, Cachoeiras de Macacu e Rio das Ostras. Silva Jardim e Casimiro de Abreu representam, respectivamente, 57% e 21,7% da área total da APA. Nesses sete municípios, 16 distritos fazem parte da APA São João, entre eles: Aldeia Velha, Correntezas, Gaviões, Silva Jardim (Silva Jardim); Barra de São João, Casimiro de Abreu, Professor Souza, Rio Dourado (Casimiro de Abreu); Bazílio, Boa Esperança, Rio Bonito (Rio Bonito); Morro Grande, São Vicente de Paula (Araruama); Tamoios (Cabo Frio); Japuiba (Cachoeiras de Macacu); e Rio das Ostras (Rio das Ostras) (Figura3).

⁴ Dentre os atores presentes nas reuniões constam: representantes das Secretarias Municipais de Agricultura e Meio Ambiente, representantes de Sindicatos Rurais dos municípios que abrangem a APA São João, extensionistas de Instituições como EMATER (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural RJ) e SENAR (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural), funcionários do INEA (Instituto Estadual do Ambiente), líderes de Associações de produtores locais, como AGROBALI (Associação dos Agricultores Orgânicos Das Baixadas Litorâneas e Adjacências do Estado do Rio de Janeiro), Movimento Silva Jardim Sustentável, Grupo de Mulheres Artesãs Serramar, e diversas ONGs, como a AMLD (Associação Mico-Leão-Dourado), Associação Bantu Brasil, Instituto Rios Verdes, proprietários de terra da APA, entre outros.



INSTITUTO
INTERNACIONAL PARA
SUSTENTABILIDADE

MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE



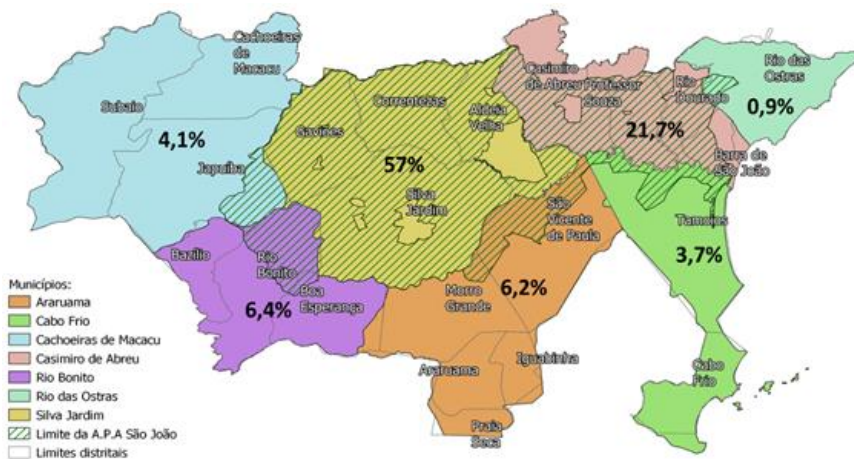


Figura 3. Municípios e distritos da APA São João, com respectivos percentuais de cobertura.

Aproximadamente 73% da população da APA São João reside em área urbana e 27% em áreas rurais (IBGE 2010). No entanto, a distribuição da população em cada município difere bastante. Em alguns distritos quase 100% da população está localizada em áreas rurais, como é o caso de Tamoios e Gaviões. A distribuição etária da população rural evidencia que a maior parte da população da APA está entre os 20-49 anos, com números representativos de idosos acima de 70 anos (IBGE 2010). Particularmente, a população entre 10 e 14 anos é predominante na região da APA São João, enquanto a população entre 18 e 19 anos atinge os menores números comparados às demais faixas etárias, exceto a de 65-69 anos (IBGE 2010).

Por meio de entrevistas e visitas à APA, notou-se que esse desbalanço etário pode ser explicado pela saída dos mais jovens das áreas rurais em direção às cidades. Esse movimento migratório impacta negativamente a disponibilidade de mão-de-obra jovem no campo. Além disso, há falta de conhecimento escolar básico, mas também de informação técnica, seja para a realização de atividades agropecuárias ou para a realização de atividades industriais, o que reforça um cenário de desemprego e falta de perspectiva entre os jovens. Esse cenário destaca a necessidade de ações que incluam os jovens da APA São João, seja por meio da melhoria de sua formação no campo (ex: capacitação em atividades ligadas ao campo para auxílio da família na produção e comercialização),

incentivos educacionais (ex: atividades de educação ambiental em escolas) e culturais (ex: sessões de cinema com debates relacionados à temática de sustentabilidade), para possibilitar a sua permanência no campo e aumento na qualidade de vida.

Em 56% dos distritos que abrangem a APA São João, o abastecimento de água é feito por meio de rede geral de distribuição (IBGE 2010). Nos outros distritos (e.g. como nos de Silva Jardim), a principal fonte de abastecimento é por meio de poço ou nascente na propriedade. Considerando o saneamento básico, em oito dos 16 distritos da APA (50%) não existe uma destinação e/ou tratamento adequado de esgoto (ex: fossa rudimentar, vala, rios, lagos ou mar). Somente 25% dos distritos utilizam fossas sépticas e 25% têm acesso à rede geral de esgoto ou pluvial (IBGE 2010). Além disso, por serem informações autodeclaradas advindas do Censo Brasileiro, existe a possibilidade desses valores relativos ao saneamento estarem superestimados. A ausência de tratamento pela rede geral de esgoto somado ao alto percentual de nascentes em propriedades dos municípios de Silva Jardim, Rio Bonito e Casimiro de Abreu, ameaçam a qualidade da água dos rios da região, muitos já assoreados ou impróprios ao consumo. Dessa forma, destaca-se a necessidade de aplicação de atividades de ensino sobre a construção de fossas sustentáveis, aliadas à conscientização sobre a importância da não poluição dos rios, proteção de nascentes, das matas ciliares, bem como ao manejo do solo e dos resíduos da propriedade. Importante destacar também os benefícios socioeconômicos para os proprietários como consequência do aumento na qualidade e quantidade de água em suas propriedades.

Uso da terra e atividades socioeconômicas desenvolvidas na APA São João

A APA São João possui 65.809 hectares de seu território coberto por floresta nativa (43,8% do total da área); 62.883 hectares por pastagem (41,8%); 18.359 hectares por agricultura (12,2%) e 3.336 hectares (2,2%) por outras coberturas e usos (área urbana, mineração, rocha exposta etc.) (Figura 4). Dentre os municípios que abrangem a APA, Cachoeiras de Macacu, Silva Jardim e Casimiro de Abreu foram considerados os municípios mais “verdes”, com maior percentual de área coberta por formação florestal. Já Araruama, Rio das Ostras, Cabo Frio e Rio Bonito são os municípios com maior área de pastagem (**Erro! Fonte de referência não encontrada.**).



INSTITUTO
INTERNACIONAL PARA
SUSTENTABILIDADE

MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE



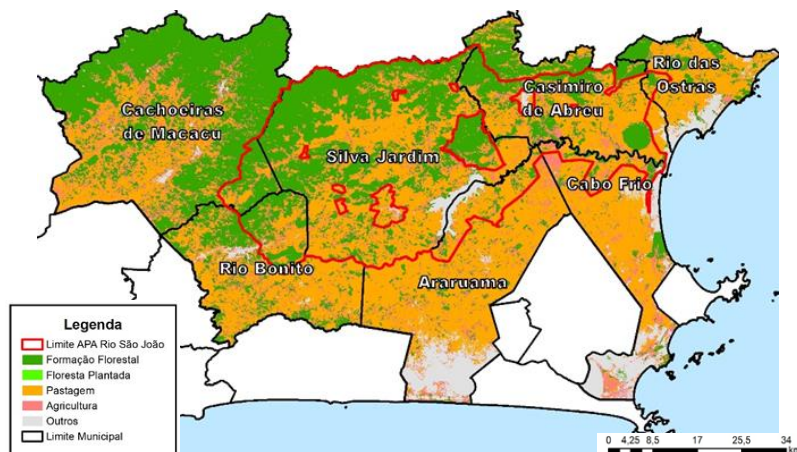


Figura 4. Mapa de cobertura e uso do solo dos municípios que abrangem a APA São João. Fonte: IIS-dados do MapBiomias (2018) – Coleção (3.0).

A questão fundiária da região é complexa, pois grandes extensões de terra encontram-se nas mãos de poucos proprietários, que raramente residem na região. Estima-se que cerca de 64% (n=566) dos imóveis rurais da APA tenham menos do que 4 módulos fiscais (pequenas propriedades), 21,5% (n=189) sejam de médias propriedades e 14,5% (n=127) de grandes (SFB, 2018)⁵. Por outro lado, a área destinada a atividades agrícolas e de pastagem se encontra predominantemente em grandes propriedades (95% e 70%, respectivamente) com uma participação bem reduzida dos pequenos proprietários (**Erro! Fonte de referência não encontrada**). Do mesmo modo, as áreas com mais débito de APPs e RLs estão presentes nas grandes propriedades (67%), seguido pelas médias propriedades (30%) e por último nas pequenas propriedades (3%). As desigualdades fundiárias de acesso à terra e de área com passivos ambientais demandam estratégias distintas de ação do Projeto que incluam tanto a diversidade de perfis de

⁵ Os dados espaciais obtidos a partir do Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural (SiCAR), coordenado pelo Serviço Florestal Brasileiro (SFB), são referentes às propriedades cadastradas no Cadastro Ambiental Rural. Por serem autodeclaradas, as informações dos imóveis ainda apresentam algumas inconsistências, como a sobreposição entre propriedades, e a não cobertura de todo o território da APA São João. Além disso, esses cadastros necessitam de validação por parte dos órgãos ambientais estaduais competentes, mas até agora esses dados ainda estão sob análise. E portanto, não são validados.

proprietários e propriedades existentes na APA, quanto a garantia da recuperação florestal em maior escala.

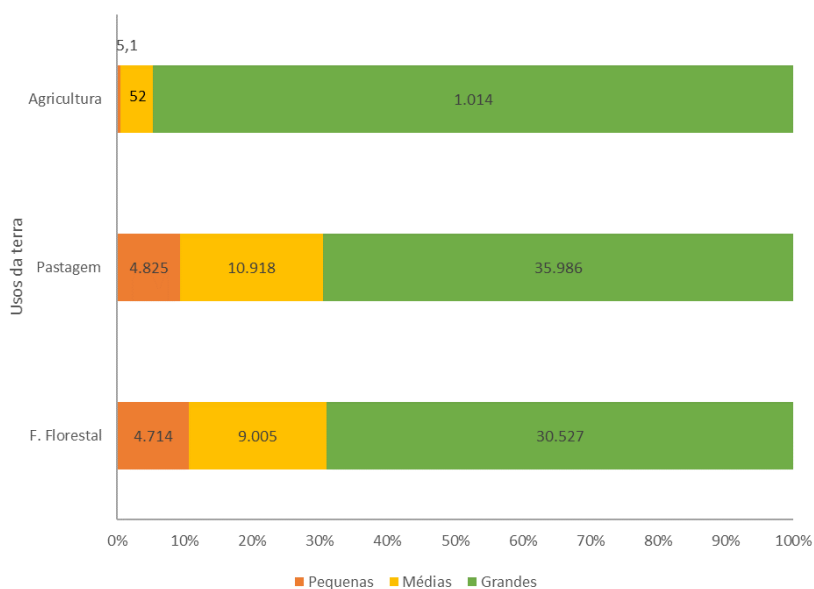


Figura 5. Área total ocupada (em percentual e hectare) por uso e cobertura da terra (agricultura, pastagem e formação florestal) em distintos tamanhos de propriedade (pequenas, médias e grandes) na APA São João.

Na APA São João, 35% dos estabelecimentos têm a produção agrícola e pecuária como principal fonte de renda, sendo a maior parte destinada ao consumo próprio. A agricultura, em particular, apesar de pouco expressiva na região, tem grande importância para a produção agrícola do estado do Rio de Janeiro, em especial os plantios de mandioca, cana-de-açúcar e banana. A maior parte da produção do estado advém dos estabelecimentos agropecuários dos municípios da APA São João, tais como: frutas, em particular, goiaba, laranja, limão e mamão; e hortaliças como: maxixe, milho verde, pimenta e quiabo (IBGE, 2017; IBGE, 2019). A produção de palmito e borracha é especialmente importante no município de Silva Jardim.

Segundo relatos locais, o escoamento dos produtos representa um grande problema, devido à dificuldade de acesso às propriedades (frequentemente distantes e de estrada de chão), cooperativas e associações pouco organizadas e com poucos recursos, ausência de entrepostos para armazenamento da produção e mercado local enfraquecido. . Diante disso, seria importante realizar ações para reduzir a distância entre o produtor e o consumidor final, incentivando uma maior circulação interna desses produtos entre os municípios que os produzem. Para isso, podem ser realizadas, por exemplo, campanhas de incentivo ao consumo em feiras locais, priorizar ações para facilitar a produção em regiões aptas a cultivos específicos, bem como facilitar o acesso aos mercados (ex: construção de entrepostos, melhoria das estradas etc.), já que muitos desses produtos são de rápido amadurecimento. O desenvolvimento de cursos sobre planejamento da produção e técnicas de beneficiamento, também pode auxiliar na redução da perda de produção. Por fim, diversas dessas iniciativas seriam ainda mais eficazes em um contexto de organização coletiva dos produtores, de modo que as incertezas presentes ao longo de toda a cadeia produtiva (ex: clima adequado para produção, manejo de pragas correto, maquinário disponível, transporte da produção, armazenamento adequado, presença de compradores) não sejam sempre responsabilidade de cada produtor individualmente.

A produção pecuária da APA São João apresenta, em média, uma baixa taxa de lotação, que varia de 1,14 cabeças de gado por hectare em grandes propriedades a 2 cabeças de gado em pequenas propriedades. Isso significa que as áreas de pastagem, localizadas em propriedades privadas (total de 51.729 hectares) na APA são pouco produtivas, já que frequentemente possuem longo histórico de exploração e são bastante degradadas. Apesar dos estabelecimentos pequenos representarem menos de 10% das áreas com pastagem (Figura), eles são responsáveis pela maior parte da produção de leite da APA (77%).

Nos últimos 10 anos, houve redução no número de vacas leiteiras em todos os municípios, o que ocasionou uma redução de 33% na quantidade de leite produzida na região. Essa redução foi resultado da alta nos custos de insumos utilizados para a produção e alimentação dos rebanhos, baixa qualidade do pasto, dificuldade de organização dos proprietários em cooperativas para acessar mercados, e baixa do preço pago ao produtor pelo litro de leite, além da dificuldade associada ao dia-a-dia da produção leiteira.



INSTITUTO
INTERAMERICANO PARA
SUSTENTABILIDADE

MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE



Dentro dos estabelecimentos agropecuários na APA São João, as principais despesas são com: i) energia elétrica; ii) sal, ração e outros suplementos para o gado; iii) medicamentos para animais; e iv) adubos e corretivos. Todos esses fatores levaram ao abandono da prática leiteira na região e a substituição por outras práticas mais rentáveis. Os proprietários que permaneceram na atividade, principalmente os pequenos, ainda encontram dificuldades de produção e representam, portanto, um importante grupo-alvo de atuação de atividades de sensibilização e capacitação. Apesar do financiamento e acesso a linhas de crédito ter o potencial de auxiliar o produtor na compra de equipamentos e de insumos para a produção, por exemplo, estima-se que apenas 2,4% dos estabelecimentos da região da APA São João obtiveram algum tipo de financiamento, o que demonstra uma necessidade tanto de divulgação das diferentes linhas de crédito, quanto da facilitação e desburocratização do acesso.

Apesar de ainda insipiente na região, produções agrícolas e de pecuária orgânica vêm crescendo na região da APA junto a movimentos agroecológicos contra o uso de agrotóxicos. No entanto, grande parte da população na região ainda não está conscientizada sobre os benefícios dos alimentos orgânicos, seja por falta de informação ou por falta de recursos para adquirir esses alimentos que podem apresentar valor mais alto do que os convencionais. Desse modo, a realização de campanhas a favor do consumo e produção de alimentos orgânicos é uma estratégia que tem potencial de alavancar o mercado de orgânicos, além de gerar benefícios tanto ao produtor quanto à própria saúde dos consumidores.

ii. Mapeamento dos atores e iniciativas da APA São João

Identificou-se os principais atores e iniciativas da APA São João, como sendo de interesse para o Projeto, através de eventos mencionados na etapa de Compreensão deste Plano, além do conhecimento prévio trazido pelo ponto focal (pessoa com experiência local contratada para trabalhar exclusivamente na APA São João pelo Projeto GEF Áreas Privadas). Essas informações resultaram em:

❖ **Mapeamento de iniciativas presentes na região que tenham sinergias com as sub-estratégias do Projeto** (Sensibilização, Treinamento, Unidades Demonstrativas -UDs, Monitoramento de espécies ameaçadas e Compromissos legais). Durante o 2º. workshop



INSTITUTO
INTERNACIONAL PARA
SUSTENTABILIDADE

MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE



do Projeto (lançamento do Projeto na APA São João realizado em 2018) realizado com lideranças locais, os participantes foram dispostos em 4 grupos e indicaram as iniciativas com maior sinergias com as sub-estratégias do Projeto em diagramas de Venn⁶ (Figura).



Figura 6. Mapeamento de iniciativas com as lideranças locais sobre: A. Sensibilização de proprietários sobre engajamento e aspectos técnicos para implementar MSP, MSF e restauração; B. Ação dos agentes de extensão com relação a MSP, MSF e restauração na APA; C. Implementação de UD's e monitoramento de espécies; e D. Compromissos legais e diretrizes para acesso ao crédito e planos de negócio para restauração. No diagrama, o tamanho dos círculos indica a importância da iniciativa para o sucesso do Projeto e a distância do centro indica o grau de sinergia com o Projeto – quanto maior o círculo, maior a importância, e quanto mais próximo do centro, maior sinergia.

⁶ O Diagrama de Venn é uma ferramenta criada pelo matemático John Venn para representar graficamente elementos de um conjunto. Este diagrama foi incorporado e adaptado às metodologias participativas utilizadas em pesquisas de diversas áreas, incluindo das Ciências Sociais. Nesse contexto, o diagrama funciona como um instrumento de representação e análise da atuação de instituições em uma comunidade, ou do relacionamento desta com as instituições. Este método permite entender, do ponto de vista de um grupo ou indivíduo, a importância e efetiva atuação institucional (Guimarães et al. 2007).

❖ **Listagem contendo nomes, contatos e principais atividades desenvolvidas pelos atores da APA São João**, incluindo instituições de pesquisa, instituições governamentais (municipal, estadual e federal), instituições não-governamentais locais (associações, cooperativas), proprietários, escolas, articuladores/mobilizadores, entre outros que atuam na região. As informações do diagrama de Venn foram adicionadas à listagem, que posteriormente será utilizada como base para a formação de grupos de trabalhos (GTs) para os diferentes temas do Projeto, como pecuária, agricultura. Cada GT irá receber informações sobre o tema e discutir sobre atividades específicas. Ao longo do avanço na execução das atividades, espera-se que essa lista cresça e seja constantemente atualizada.

❖ **Uma rede social dos atores locais de interesse para o Projeto.** Com base no conhecimento e nos dados levantados pela equipe, utilizou-se o software livre Kumu, para elaborar uma rede social⁷ dos atores da APA São João. Para inserção dos dados no software, primeiramente foi necessário classificar os atores pelo tipo de instituição/atividade (instituição privada sem fins lucrativos, privada com fins lucrativos, movimentos sociais, instituição pública, projetos e mobilizador) e indicar as relações entre eles. Cada tipo de instituição tem uma cor específica. O resultado (Figura) mostra que cada ator foi conectado às pessoas e instituições com as quais sabidamente se relacionam atualmente, e quanto maior o círculo, mais conexões a instituição possui. Por meio desse mapeamento, obteve-se uma representação da rede de interações entre atores no início do Projeto (*baseline*), que será comparada com o mapeamento social que será realizado ao final do Projeto. Como uma das formas de atingir o aumento da cobertura vegetal é fortalecer as redes de atores envolvidos com ações de restauração, um dos indicadores de sucesso do Projeto será, portanto, o aumento no número e qualidade das conexões existentes entre instituições e com o Projeto GEF Áreas Privadas.

⁷ Rede social são ferramentas que demonstram a relação ou conexão entre pessoas por meio de interesses ou objetivos em comum e pode fortalecer essas relações.

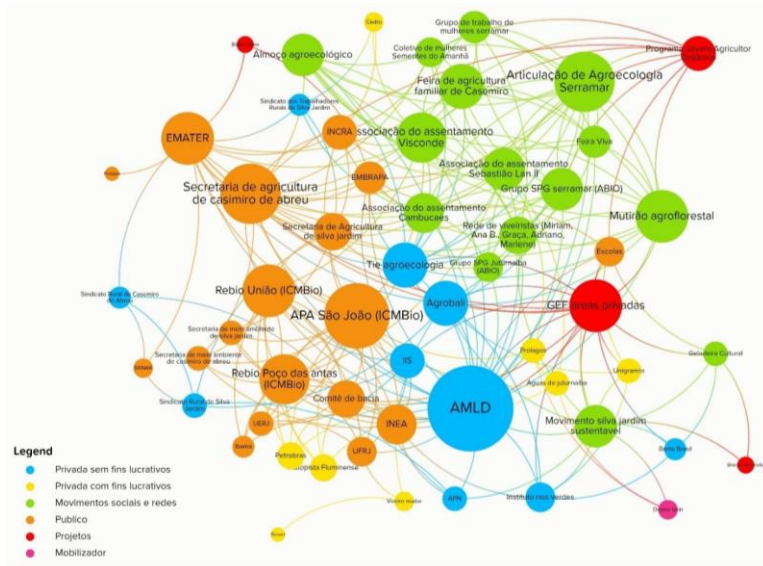


Figura 7. Mapeamento social dos atores da APA São João, apresentando os principais atores e suas redes de relações identificados pela equipe do Projeto GEF Áreas Privadas no ano de 2019. Cores representam a categoria da instituição e tamanho dos círculos indica a quantidade de ligações entre os atores.

Com base nos mapeamentos realizados e nos desafios relacionados à conservação da biodiversidade e provisão de serviços ecossistêmicos identificados no breve diagnóstico apresentado anteriormente, foram escolhidos três grandes grupos-alvo a serem envolvidos nas atividades do Plano de sensibilização e engajamento do Projeto (Figura):

- ❖ Proprietários rurais (principal foco de atuação), que estão divididos de acordo com sua principal atividade: agricultura, pecuária (gado de corte e leite), turismo e viveiro;
- ❖ Agentes extensionistas;
- ❖ Jovens, adolescentes e professores (por meio das escolas).

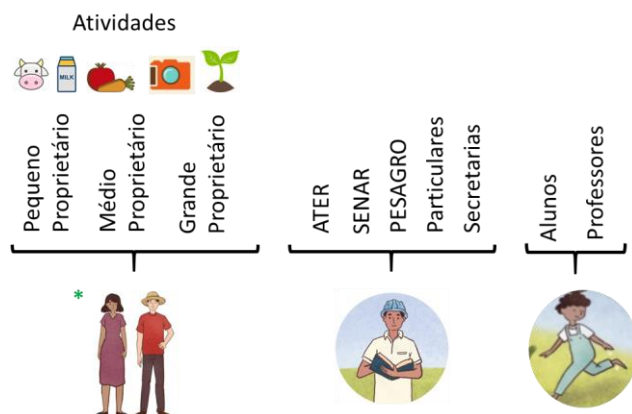


Figura 8. Grupos-alvo identificados para serem envolvidos nas atividades de sensibilização e engajamento do Projeto na APA São João. (*) Grupos prioritários para as ações do Projeto.

Vários fatores levaram a escolha do grupo *proprietários de terra* como o principal foco de atuação do Projeto na APA São João, tais como: o foco do Projeto ser as áreas privadas; a grande extensão de terra degradada ou sem cobertura florestal na APA São João (Figura 4); e a escassez de projetos voltados para a conscientização dos atores diretamente envolvidos com o manejo sustentável da paisagem. Dentro do grupo-alvo de proprietários de terra é notório que existe um gradiente de susceptibilidade (aceitação) entre os atores para adotar inovações ou mudanças em suas práticas produtivas para métodos mais sustentáveis. Como exemplos de práticas produtivas mais sustentáveis, podemos destacar: o plantio de árvores de leguminosas para sombreamento do gado, sistemas agroflorestais, redução de insumos químicos, controle biológico de pragas, adubação verde, entre outros.

De acordo com Diederer e colaboradores (2003), o processo de disseminação de qualquer inovação/mudança começa com um pequeno grupo de **inovadores**, que são os primeiros a experimentar certa inovação. São frequentemente formados por pessoas mais jovens, curiosas e com menos aversão a riscos. Após os inovadores, vem o grupo dos **primeiros interessados**, que representa o primeiro quartil ($1/4$) do total de potenciais usuários interessados em adotar uma inovação já empregada por poucos. Este grupo geralmente compartilha com os inovadores algumas características, como participação

em mercados mais diversificados, maior escolaridade, menor aversão a riscos e maior consciência ambiental. Os **interessados tardios** e os **céticos/resistentes** representam $\frac{3}{4}$ dos potenciais interessados ou não-interessados na adoção de inovações. Eles são os últimos grupos a experimentar alguma inovação, pois tendem a adotá-las (se as adotarem) somente após observar o sucesso de propriedades vizinhas com tal método/prática. Em geral, esses grupos são formados por pessoas mais velhas, de perfil mais conservador, menor escolaridade e com maior aversão a riscos.

De acordo com a CEPA (Convenção para Comunicação, Educação e Conscientização Pública) (Hesslink et al. 2007), a difusão da inovação em uma sociedade acontece quando:

- ❖ A vantagem da inovação é percebida como melhor do que outras práticas realizadas sob o ponto de vista de benefícios sociais, econômicos, conveniência ou satisfação;
- ❖ A inovação é compatível com os valores culturais e práticas existentes;
- ❖ A inovação é simples e de fácil aplicabilidade;
- ❖ Há possibilidade de teste e experimentação da inovação;
- ❖ É fácil de visualizar os resultados da inovação;

Esses fatores serão levados em consideração na escolha das atividades direcionadas aos grupos-alvos do Projeto.

Baseado nas características dos grupos descritos por Diederer e colaboradores (2003), foram identificados, no contexto da APA São João, os seguintes grupos de proprietários rurais e sua predisposição a mudanças (Figura 9):

❖ **Inovadores:** grupo formado principalmente pelos *neorurais*, com pequenas e médias propriedades voltadas à agricultura orgânica, turismo e viveiros, e alguns agricultores familiares já envolvidos com agroecologia e pertencentes a associações locais.

❖ **Primeiros Interessados:** agricultores familiares, pequenos e demais proprietários participantes de redes, coletivos e práticas de agroecologia, com idade



INSTITUTO
INTERNACIONAL PARA
SUSTENTABILIDADE

MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE



superior a 40 anos, e pequenos proprietários com conhecimento em agroecologia que possuem gado de leite. Proprietários que dependem da produção para sobrevivência.

❖ **Interessados tardios:** pequenos proprietários não engajados em coletivos ou sem interesse em associações, médios e grandes proprietários que não dependem do lucro da produção, com idade acima de 55 anos e com práticas convencionais.

❖ **Céticos/resistentes e não-interessados:** proprietários de terra que não vivem na propriedade, com idade acima de 55 anos e práticas voltadas para agricultura convencional e para pastagem extensiva, principalmente com gado de corte.

A fim de garantir maiores chances de sucesso das atividades e atingir os objetivos do Projeto, as atividades deste Plano serão voltadas principalmente para os grupos classificados como inovadores e primeiros interessados, a fim de potencializar a difusão das inovações para os outros grupos. A equipe do Projeto irá tentar contato com os grupos dos proprietários tardios e os céticos, convidando-os a participar das atividades, mas com menos esforço que os demais grupos.

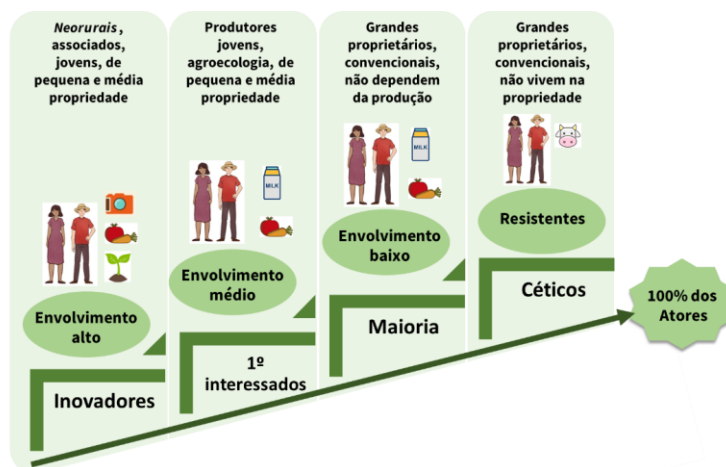


Figura 9. Relação entre o perfil dos proprietários de terra da APA São João quanto a sua predisposição para mudanças e grau de envolvimento nas atividades do Projeto.

iii. Desafios e potencialidades para os grupos-alvo na APA São João

Esta seção apresenta os principais desafios e potencialidades identificados no Plano de Sensibilização e Engajamento dos diferentes grupos-alvo na APA São João. Para levantar essas informações aplicou-se, para os proprietários rurais que desenvolvem atividades agropecuárias na área (grupo considerado como prioritário), o método FOFA (SWOT, em inglês) que identifica o conjunto de *Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças* de determinado objeto de estudo, cada um em um quadrante (Figura). Na matriz, os quadrantes da esquerda registram os fatores positivos (forças e oportunidades) e os quadrantes da direita, os negativos (fraquezas e ameaças). Ao mesmo tempo, os quadrantes na parte de cima registram os fatores endógenos (forças e fraquezas) e exógenos (oportunidades de ameaças) relacionados às atividades produtivas dos proprietários na APA São João. A análise FOFA possibilita a sistematização dos fatores que influenciam positivamente e negativamente o sucesso das atividades a serem implementadas na APA São João, auxiliando no planejamento das principais ações de sensibilização e engajamento dos atores envolvidos.

Os proprietários envolvidos com atividades de turismo e viveiros, além do grupo-alvo relativo aos jovens e extensionistas, apesar de importantes para o desenvolvimento socioeconômico e ambiental da APA, não foram considerados como grupo prioritário para a estratégia de sensibilização do Projeto. Esta escolha deve-se ao fato de os viveiros e propriedades voltadas para o turismo possuírem pouca expressividade na região. Apesar dos jovens e extensionistas não serem considerados grupo-alvo, os primeiros terão atividades específicas, porém pontuais no presente Plano, e os extensionistas terão atividades na estratégia de treinamento. Desta forma, não foram elaboradas matrizes FOFA para estes grupos, apenas foram identificados e listados os principais desafios e oportunidades para o mesmos.



INSTITUTO
INTERNACIONAL PARA
SUSTENTABILIDADE

MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE





Figura10. Modelo de Matriz FOFA.

Analisando as informações coletadas para a **APA São João como um todo**, alguns desafios gerais foram identificados (Figura 11):

- **Cadeia produtiva enfraquecida:** A cadeia produtiva agropecuária encontra-se enfraquecida em todos os elos de produção, seja na produção, manutenção e/ou escoamento. Os agricultores têm dificuldades em planejar sua produção, o que resulta em uma variação nas quantidades produzidas e uma incerteza na renda líquida. Outro importante gargalo é a dificuldade enfrentada para escoar a produção. Cuidar de todo o processo de venda, transporte e comercialização é muitas vezes custoso ao produtor, o que os leva a incluir atravessadores que assumam essa função de levar seus produtores até o consumidor final. Quando a precificação dos produtos é acordada entre atravessador e produtor, a divisão de tarefas reduz a carga horária de trabalho dos produtores e o dinheiro é distribuído de forma justa. No entanto, o que ocorre, frequentemente, é que essa precificação é imposta pelos atravessadores. Devido à ausência de opções, os produtores cedem aos preços impostos, mesmo que isso acarrete um prejuízo ao final do mês. Já os pecuaristas enfrentam problemas, principalmente, na etapa de produção, pois no caso da produção animal, é necessário conhecimento não só de saúde e alimentação animal, como também das pastagens das quais os animais se alimentam. Adicionalmente, os pecuaristas têm dificuldades em atender os requisitos mínimos exigidos por lei de qualidade e higiene dos laticínios, além de não terem compradores diretos, apenas queijarias locais que demoram para pagar.

▪ **Falta de conhecimento:** De maneira geral, os proprietários locais não percebem que suas áreas de produção estão degradadas e/ou não sabem manejá-las de forma mais sustentável. Ainda que percebam uma baixa produtividade, não é raro que continuem usando a terra da mesma forma que as gerações passadas, o que reflete o forte apelo cultural da região por técnicas convencionais extensivas. Da mesma forma, muitos não se veem como parte do meio ambiente, e não compreendem a conexão entre os serviços ecossistêmicos e seus benefícios para o bem-estar local/regional. São oferecidos cursos na região sobre técnicas agropecuárias, mas os donos de fazenda comparecem e tampouco autorizam a liberação de seus funcionários para participarem. Portanto, é comum que cursos oferecidos pelo SENAR (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural), por exemplo, apresentem baixo *quórum*. Embora tenham ouvido falar sobre o CAR e muitos tenham se inscrito, os proprietários desconhecem a extensão das atividades que podem ser desenvolvidas em suas RLs e APPs, além de não terem certeza se possuem ou não déficit. De maneira geral, há pouco ou nenhum conhecimento sobre a Agenda 21 de Silva Jardim (Agenda 21 COMPERJ, 2011), a Lei da Mata Atlântica (Brasil, 2017), leis estaduais e federais e planos de manejo relacionados à utilização dos recursos naturais. Foi apontada também a falta de informação sobre as fontes de recursos disponíveis para implementação e manutenção de atividades produtivas em RPPNs.

▪ **Problemas ambientais:** O assoreamento dos rios e lagoas da APA resultam em inundações nas áreas produtivas, especialmente na estação chuvosa. Este problema é em parte causado pela ausência de mata ciliar. Alguns atores sugerem a retirada de areia dos leitos dos rios, o que poderia ser uma solução no curto prazo, mas os reais impactos precisam ser apurados e sem a restauração da mata ciliar, o problema continuaria a se repetir. Há pressão de mineradoras para concessão de licença para mineração de areia dos leitos dos rios. Além disso, há poluição dos corpos hídricos por agrotóxicos utilizados na região. Um teste feito pelo SISAGUA (Sistema de Informação de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano) detectou 27 agrotóxicos nas águas que abastecem o município de Casimiro de Abreu, entre 2014 e 2017 (SISAGUA, 2018).

▪ **Desconfiança da população local com novos projetos:** A APA São João já foi alvo de vários projetos ambientais e muitos não foram adiante ou não cumpriram o que prometeram, de forma que muitos proprietários olham com desconfiança a chegada de novos projetos. *“Todos os projetos que atuam na região fazem reuniões e muitos não*

dão em nada e não fazem nada de concreto” – comentou um dos produtores da região. Além disso, grande parte dos projetos concentra sua atuação nas Unidades de Conservação de Proteção Integral (Reserva Biológica União e Reserva Biológica de Poço das Antas) e acabam negligenciando as Unidades de Conservação de Uso Sustentável, como é o caso da APA da Bacia do Rio São João. Da mesma forma que a criação de cursos, sem o envolvimento da comunidade na elaboração, invariavelmente, acarreta em salas de aula vazias. *“Curso por curso não interessa, já tem um monte”* – acrescenta outro produtor.

▪ **Desconfiança dos produtores quanto ao acesso a recursos financeiros:** Apesar de vários recursos do governo oferecerem juros baixos, esses são vistos com ressalva pelos produtores, principalmente os pequenos proprietários, que têm medo de aumentar suas dívidas e perder suas terras, visto que muitos bancos exigem contrapartida. A burocracia e a ausência de funcionários informados para orientar o processo de acesso a crédito, também limitam a adesão dos produtores.

▪ **Falta de cooperativismo e associativismo:** Apesar das inúmeras iniciativas e redes formadas na região, observa-se uma falta de organização em torno de estruturas mais formais, como associações e cooperativas. A região tem um histórico de fragmentação de associações devido a conflitos de interesses e desconfiança (*“todo mundo desconfia de todo mundo”* - comentou um produtor). Além disso, quase não há instalações de uso comum, principalmente para beneficiamento da produção, como entreposto e estoque de produtos. Essa falta de organização dificulta a compra de insumos e de maquinário e a comercialização em coletivos de produtores.

▪ **Ausência de recursos:** A falta de recursos financeiros foi frequentemente apontada como um desafio na região, tanto para capacitação quanto para implementação das atividades produtivas. Muitos proprietários demonstraram interesse em restaurar suas terras, mas não têm dinheiro para a compra de mudas e mão de obra. Da mesma forma, eles relatam que gostariam de adquirir conhecimento e implementar boas práticas agropecuárias, mas não os fazem pela falta de recursos para participação em cursos e compra de materiais para implementação das práticas. Especificamente para o turismo, há falta de informação, de roteiro de visitas, de espaço e higiene necessários à promoção do turismo cultural, ecológico e rural.



▪ **Desconhecimento sobre legislação ambiental:** Existe um grande débito de APP na região (cerca de 12 mil hectares), principalmente em médias e grandes propriedades, e cerca de 4 mil hectares de débito de RL. No entanto, os proprietários desconhecem seus débitos, não sabem como saná-los ou não tem interesse em regularizar sua situação. Novamente, o problema é acentuado pela falta de conhecimento sobre o CAR e a LPVN.

▪ **Ausência de infraestrutura:** Um grande problema apontado pelos atores locais foi a falta de transporte para escoamento da produção e acesso às áreas de interesse para o turismo local. A ausência de locais para o beneficiamento e venda dos produtos agropecuários também foi ressaltado como uma barreira.

▪ **Falta de sensibilização do poder público:** Segundo os atores, o maior desafio enfrentado em relação ao poder público é a falta de continuidade dos programas a cada troca de mandato. Além disso, foi apontado que o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) e o montante arrecadado por meio do ICMS ecológico não retornam para o produtor, de modo que falta transparência quanto ao repasse desse tributo.

▪ **Falta de assistência técnica e gerencial:** Foi informado que há poucos técnicos atuantes na APA São João, e que estes não dão conta de atender a todos os proprietários. Enquanto os grandes proprietários têm recursos financeiros para pagar um agrônomo com experiência para gerenciar sua produção, os pequenos e médios proprietários ficam sem alternativa. Muitos proprietários têm interesse em adotar novas práticas, mas não sabem como fazer. Alguns disseram que não confiam na Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), pois os técnicos não aparecem ou não mostram interesse em ajudar.



INSTITUTO
INTERNACIONAL PARA
SUSTENTABILIDADE

MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE



	Positivos	Negativos
Endógenos	Forças A APA tem muitas florestas e recursos hídricos pouco explorados; Histórico de agricultura familiar e cultura do leite na APA; Existem proprietários interessados em sustentabilidade e cultivos orgânicos; Há atividades coletivas voltadas para agroecologia ; Há iniciativas locais sensibilizando e mobilizando as comunidades da APA; Existe proprietários que produzem produtos locais ; Há iniciativas voltadas para o turismo em Silva Jardim; Interesse na produção de abelhas .	Fraquezas Falta de conhecimento : sobre manejo sustentável da paisagem; sobre a legislação, o CAR, sobre as fontes de recursos em RPPNs; Forte apelo cultural por técnicas convencionais; Proprietários não se veem como parte da natureza; Desconfiança da população local em Projetos novos Cadeia produtiva enfraquecida : dificuldades no escoamento e comercialização Cursos existentes não envolvem a população na elaboração Falta de recursos e capacitação para implementação de atividades Falta de conhecimento sobre a legislação (CAR e LPVN)
Exógenos	Oportunidades Agroturismo ou turismo de aventura como forma de emprego e renda; Mostrar que a floresta pode ser lucrativa para os proprietários da APA; Mostrar exemplos de sucesso sobre o valor da floresta; Desenvolvimento da apicultura para pequenos e médios proprietários Participação dos proprietários no Comitê de bacias do rio São João ; Fomento a novas iniciativas que promovam encontros e mobilização na APA; Dar visibilidade a exemplos de sucesso em agropecuária da região; Existência de cursos voltados para boas práticas agropecuária.	Ameaças Problemas ambientais : assoreamento dos rios, poluição dos rios por agrotóxicos; Falta de sensibilização do poder público : falta de continuidade dos programas, ICMS não retornam para o produtor Alteração e fiscalização das Leis pelos Governos Escassez de recursos financeiro : principalmente do pequeno produtor Infraestrutura : déficit no transporte (escoamento e turismo)

Figura 11. Matriz FOFA para questões gerais da APA São João.

Os desafios e oportunidades enfrentados na região da APA São João (Figura 11) possuem bastante sinergia com os objetivos do Projeto GEF Áreas Privadas. Vários pontos considerados negativos podem ser vistos como oportunidades de ação do Projeto e, de fato, serão contempladas em ao menos uma das sub-estratégias do Projeto, a saber:

- O *Programa de sensibilização e engajamento de proprietários* contribuirá para a superação dos problemas relacionados à falta de conhecimento, desconhecimento sobre legislação, desconfiança dos atores envolvidos em relação a novos projetos e acesso a recursos financeiros;

- A *Implementação de Unidades Demonstrativas* para demonstração e disseminação de boas práticas entre os produtores têm o potencial de solucionar desafios relativos à falta de conhecimento, fortalecer o associativismo e integrar a ATER junto ao produtor rural;

- O *Programa de treinamento* para agentes de extensão e outros atores interessados também tem o potencial de contribuir para a disseminação de conhecimento sobre boas práticas e legislação ambiental, sobre formas de acessar recursos financeiros, e capacitação de agentes de assistência técnica;

- O *Conjunto de compromissos para recuperação da vegetação (PRA)* e *Acesso a crédito e incentivos financeiros* são estratégias que podem auxiliar na aproximação de produtores rurais ao poder público e privado, visando facilitar o acesso a crédito e regularizar as propriedades rurais por meio da assinatura do PRA.

Com essas sub-estratégias, a equipe do Projeto visa envolver as comunidades no co-desenvolvimento e na implementação das atividades do Projeto, intercambiar conhecimentos, fomentar a capacitação em técnicas agropecuárias sustentáveis e auxiliar no acesso a recursos financeiros para implementação das atividades.

Analisando especificamente as informações para as **atividades de pecuária** (gado de corte e leite) na APA São João (Figura 12), foi possível identificar os seguintes gargalos:

- Baixa produtividade das pastagens, ocasionando baixa taxa de lotação e baixa lucratividade;
- Desconhecimento de técnicas de pecuária sustentáveis;
- Gastos elevados com medicamento e alimento/suplemento para gado, ocasionados pela baixa produtividade. No caso do gado leiteiro, sua alimentação pode representar até 70% dos gastos totais;
- Baixo cooperativismo, pois não há uma cooperativa leiteira ou resfriadores de leite conjuntos que garantam o escoamento do produto ou armazenamento por mais tempo. Desse modo, muitos produtores fazem o beneficiamento do leite na forma de queijos e iogurtes para conseguir escoá-los para queijarias próximas de suas propriedades. No entanto, por serem estabelecimentos pequenos e nem sempre regulamentados, estas queijarias não conseguem pagar o produtor, gerando um ciclo de dívidas;
- A APA São João tem um histórico e herança cultural fortes de produção em pastagens extensivas. Por isso, pecuaristas (principalmente grandes proprietários) preferem continuar com gado de corte ou leite, mesmo havendo outras atividades mais produtivas e menos impactantes à paisagem.

<p>Forças</p> <p>Histórica vocação para pastagens e pecuária na APA; Tendência de aumento na criação de gado, principalmente em grandes propriedades; Maioria da produção leiteira é feita em pequenas propriedades; Tendência de aumento na taxa de lotação de gado de leite, principalmente em pequenas e médias grandes propriedades;</p>	<p>Fraquezas</p> <p>Diminuição na criação de gado leiteiro na APA; Baixa produtividade das pastagens, gerando baixa taxa de lotação e lucro; Desconhecimento de técnicas de passagem sustentável; Alto gasto com medicamentos e suplementos alimentares; Queijeiros da APA não são regularizados, na maioria; Baixo cooperativismo e associativismo;</p>
<p>Oportunidades</p> <p>Instalações de fábrica de laticínios na APA; Fortalecimento da produção de leite em pequenas propriedades; Proprietários tem interesse em boas práticas pecuárias que aumentem a produtividade e renda; Capacitação e fortalecimento da ATER na região em boas práticas pecuárias; Fomento a cursos de capacitação em boas práticas pecuárias, principalmente para o gado de leite;</p>	<p>Ameaças</p> <p>Proprietários não querem arcar com os custos de transição para técnicas sustentáveis; Falta incentivo econômico para adoção de boas práticas; Proprietários não confiam nas grande fábricas de laticínios por conta de experiências negativas anteriores; Proprietários desconfiam de métodos diferentes, seus custos de implementação e manutenção.</p>

Figura 12. Matriz FOFA para questões voltadas às atividades de pecuária na APA São João.

Analisando especificamente as informações para as **atividades agrícolas** na APA São João (Figura 13), foi possível identificar os seguintes gargalos:

- Falta de planejamento da produção agrícola;
- Falta de conhecimento sobre práticas sustentáveis de produção;
- Falta de conhecimento acerca dos procedimentos legais de implantação de cultivos agrícolas em áreas de APP e RL, principalmente tratando-se de um território inserido em uma Área de Preservação Ambiental;
- Falta de assistência técnica;
- Dificuldades de escoamento da produção, principalmente de alimentos perecíveis;
- Dificuldades de acesso a crédito, principalmente para pequenos produtores.

<p>Forças</p> <p>A floresta é vista de forma positiva pelos proprietários agrícolas da APA; APA cultiva mandioca, de frutíferas, palmito e borracha em quantidade; A agroecologia vem crescendo na região; Os SAFs estão presentes principalmente nas pequenas e médias propriedades; Lideranças locais indicam SAF como a técnica mais indicada para restauração; Existem proprietários com cultivos orgânicos na região; Há iniciativas locais para sensibilização e capacitação em boas práticas agrícolas; Existe cooperativismo e associativismo voltado ao cultivo de orgânicos; Existe assistência técnica rural estadual na região;</p>	<p>Fraquezas</p> <p>Diminuição na área de cultivo da APA; Queda na produção agrícola na região; Escassez de mão de obra qualificada, especialmente para a agricultura familiar; O retorno econômico dos SAFs é a médio e longo prazo, pequenos proprietários precisam de retorno a curto prazo também; Ausência de conhecimento sobre: boas práticas agrícolas, planejamento dos produtos, planos de negócios, higiene na produção de alimentos Ausência de informações sobre a legislação: com produção de espécies nativas, beneficiamento, CAR e LPVN.</p>
<p>Oportunidades</p> <p>Proprietários tem interesse em aplicar boas práticas agrícolas; Fortalecimento de SAFs em pequenas e médias propriedades; Fortalecer a ampliar as iniciativas coletivas existentes voltadas para boas práticas agrícolas; Capacitação e fortalecimento da ATER na região; Fomento a cursos de capacitação em boas práticas agrícolas; Fomento ao engajamento entre os técnicos locais e os proprietários. Há iniciativa para a instalação de um centro de beneficiamento em Silva Jardim;</p>	<p>Ameaças</p> <p>Falta assistência técnica em boas práticas agrícolas; Assistência técnica não é capacitada em boas práticas agrícolas; Ausência de interação entre ATER e proprietários; Falta incentivo econômico para adoção de boas práticas; Pequenos proprietários necessitam de suporte financeiros e alternativas de renda a curto prazo; Proprietários desconfiam de métodos diferentes, seus custos de implementação e manutenção.</p>

Figura 13. Matriz FOFA para questões voltadas às atividades agrícolas na APA São João.

A partir dos encontros realizados e das informações trocadas com atores locais, notou-se que seria interessante incluir atividades de sensibilização ambiental voltadas, não apenas para jovens e alunos de escolas locais, como também para os professores para garantir a continuidade de atividades de boas práticas agropecuárias na região (“*Os secretários de educação saem e os professores ficam*” – contou um ator local). Nosso levantamento preliminar indicou a presença de 27 escolas municipais e 8 estaduais na APA São João.

Os principais desafios enfrentados pelos **jovens e crianças** locais são:

- Ausência de informações sobre conservação do meio ambiente nos currículos escolares;
- Ausência de informações sobre boas práticas agropecuárias;
- Ausência de escolas rurais na região;
- Desconexão entre os assuntos abordados em sala de aula e as atividades rurais realizadas em casa pelos pais e familiares;
- Falta de emprego e cursos de ensino superior presenciais para os jovens egressos da escola.

Identificou-se algumas oportunidades já em curso na região, voltadas para jovens e crianças:

- Em abril de 2019, foi realizado na região uma iniciativa para promover a inovação, baseada na ferramenta *Design Thinking*. O *Innovation games*, realizado por holandeses do Sudio Why interessados em Silva Jardim, contou com a participação de 20 jovens locais e mobilizou vários outros. O Projeto GEF Áreas Privadas poderia atrair os jovens que participaram da iniciativa para atuar em suas atividades, considerando seus interesses e disponibilidades.

- No Sítio Agrícola da Fundação Municipal de Casimiro de Abreu são realizados projetos socioeducativos, como o Jovem Produtor Orgânico e o Jovem Paisagista, voltados para os filhos de trabalhadores rurais locais. Cada turma conta com 30 alunos, de 14 a 17 anos, estudantes de escolas públicas do município, e tem duração de um ano. Eles trabalham com horta orgânica e produção de mudas como café, pupunha, hortaliças etc.

O grupo-alvo dos **extensionistas** também será contemplado pelas sub-estratégias do Projeto. Através de reuniões locais foi possível identificar que existem 27 agentes locais e três coordenadores da Emater atuando na APA. Há também agentes da Pesagro (Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro), técnicos particulares e técnicos das prefeituras e secretarias dos sete municípios da APA São João. O SENAR também oferece serviços de Assistência Técnica e Gerencial (ATEG) voltados para produtores de gado de leite, corte e produção de oleaginosas.

Alguns dos principais desafios enfrentados pelo extensionistas são:

- Falta de uniformidade no conhecimento sobre boas práticas agropecuárias entre os técnicos;
- Falta de interesse sobre práticas sustentáveis por parte de alguns extensionistas locais;
- Falta de engajamento entre os técnicos e os proprietários locais;
- Falta de recurso da Emater regional para oferta de cursos, combustível etc.



INSTITUTO
INTERNACIONAL PARA
SUSTENTABILIDADE

MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE



II. Definição das ações do Plano de sensibilização e engajamento

A definição da estratégia a ser implementada é baseada na metodologia aplicada no Marketing Social de Base Comunitária (MSBC) (McKenzie-Mohr, 2011). Esse método é baseado em psicologia social e visa a mudança de comportamento sustentável através de contato direto com as pessoas, realizado no nível de comunidade.

Esta abordagem envolve: i. identificar os desafios locais, ii. identificar as barreiras para adoção de um comportamento sustentável, iii. identificar soluções que atendam aos desafios identificados, iv. desenvolver e aplicar ações, baseadas nas soluções, que auxiliem a transpor as barreiras identificadas, e finalmente v. avaliar o impacto das ações depois da implementação em uma comunidade, conforme representado na Figura 14. Resumo esquemático da abordagem do MSBC

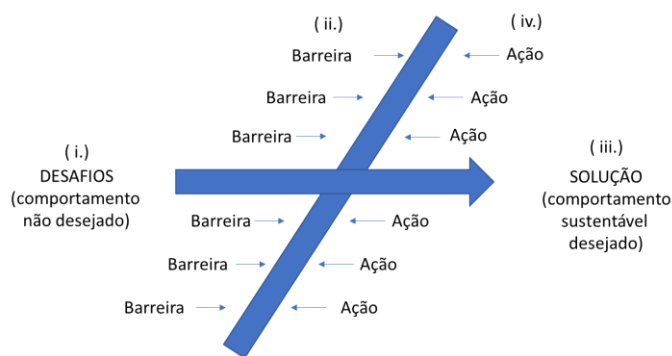


Figura 14. Resumo esquemático da abordagem do MSBC (McKenzie-Mohr, 2011). Os números romanos se relacionam a explicação da abordagem descrita acima.

Os **Desafios** (i.), ou comportamentos não-desejados, foram listados na etapa de Compreensão deste relatório e são aqueles que causam ou intensificam os problemas identificados nas análises das matrizes FOFA (Figuras 11, 12, 13). As **barreiras** (ii.) são os fatores que impedem os atores de adotarem o comportamento desejado. Elas também foram listadas na etapa de Compreensão deste relatório (matrizes FOFA -Figuras 11, 12, 13). **I. Compreensão.** As barreiras podem ser internas (exclusivas ao indivíduo), como a falta de conhecimento, ou externas (mudanças estruturais), como falta de recursos financeiros para implementação de boas práticas, onde ambas precisam ser removidas para que o comportamento desejável seja adotado. Como **solução** geral (iii.), ou

comportamentos sustentáveis desejados, espera-se que ao fim da implementação das ações do Plano de Sensibilização e Engajamento, os atores da APA São João (agropecuaristas, extensionistas, jovens e comunidade geral) estejam conscientes sobre a importância de adotarem boas práticas sustentáveis, de gerenciarem as florestas e a paisagem, e se engajarem nas atividades do Projeto. A partir do reconhecimento dos desafios associados à mudança dos comportamentos desejados, foram identificados temas gerais que direcionarão as **ações** (iv.) específicas para superar cada uma das barreiras, atingindo a solução desejada (Figura 15).

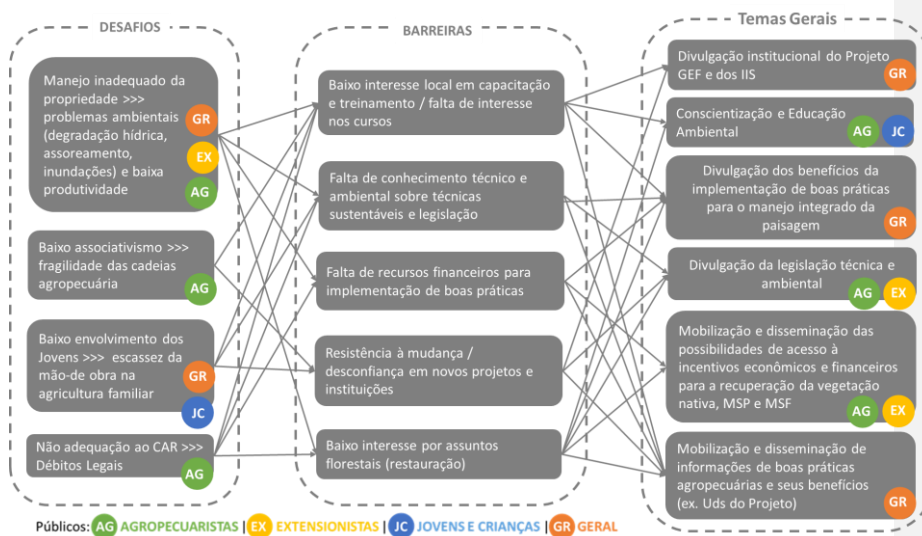


Figura 15. Mapeamento dos desafios, respectivas barreiras e macroações adotadas pelo Projeto GEF Áreas Privadas no Plano de sensibilização da APA São João.

Com base na definição dos temas gerais a serem seguidos, foi possível elaborar ações específicas para os diferentes atores englobados pelo Plano (Os temas e ações propostos foram validados em reuniões por alguns grupos locais (AMLD, Agrobali, Grupo Tiê de Agroecologia, Secretaria de Agricultura de Casimiro de Abreu, e alguns proprietários).

Tabela 1). A questão legal, que envolve regularização do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e eventuais débitos de Reserva Legal, não foi endereçada com nenhuma ação específica pois será tratada de forma transversal em mais de uma das atividades que serão propostas a seguir, como plano de fundo de convencimento (para acesso a crédito, por exemplo). Ademais, o CAR será tratado de forma mais prática em outra sub-estratégia do Projeto (1.1.1.4. Compromissos legais para recuperação da vegetação nativa). Os temas e ações propostos foram validados em reuniões por alguns grupos locais (AMLD, Agrobali, Grupo Tiê de Agroecologia, Secretaria de Agricultura de Casimiro de Abreu, e alguns proprietários).



INSTITUTO
INTERNACIONAL PARA
SUSTENTABILIDADE

MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE



Tabela 1. Temas gerais e ações específicas do Plano de Sensibilização e Engajamento da APA São João (Temas= destacados em cinza; A= ações).

Temas Gerais e ações	Público alvo								Tipo de Atividade			
	Agricultura	Pecuária	Turismo	Água	Extensionistas	Escolas	Igrejas	Sindicatos	Dia de campo	Oficina	Roda de conversa	Material divulgação
Divulgação institucional do Projeto GEF Áreas Privadas e do IIS												
A. Campanhas em mídias locais (jornais, rádio, revista)	1	1	1	1	1	1	1	1				1
A. Presença da equipe em eventos locais	1	1	1	1	1	1	1	1				
A. Evento com pecuaristas (médios e grandes) para divulgação do Projeto, conversar sobre a cursos, UDs, quais boas práticas são de mais interesse		1								1		

A. Evento com extensionistas para divulgação do Projeto, conversar sobre a forma/ conteúdo/calendário dos cursos, Input gerais sobre cursos e UDs (perfis dos proprietários para implantar as UDs)					1						1	
Divulgação dos benefícios da implementação de boas práticas para o manejo integrado da paisagem												
A. Seleção e distribuição de conteúdo sobre boas práticas agropecuárias, benefícios das florestas, restauração etc.	1	1	1	1	1	1	1					1
A. Organização e realização de oficinas para proprietários e outros interessados em MSP, MSF e recuperação de áreas na APA São João	1	1			1		1	1			1	
A. Campanha sobre os benefícios do associativismo	1	1	1		1						1	1

A.Campanha sobre uso sustentável de espécies da Mata Atlântica com fins comerciais (produtividade e renda)	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
A. Organização e implementação de redes de comunicação via Whatsapp (canal de comunicação)	1	1	1		1			1				1
A. Campanha de planejamento da produção agrícola na APA São João	1									1		1
A. Atividades de ciência cidadã (foco na saúde do solo)	1		1	1		1	1				1	1
Conscientização e Educação Ambiental												
A. Campanha alertando sobre o uso de agrotóxicos e seus impactos na água, solo e saúde	1	1	1	1	1	1	1	1			1	1
A. Cine debates com temáticas ambientais familiares na APA (locais: Geladeira Cultural, escolas, cinemas)	1	1	1	1	1	1	1	1				
A. Atividades sobre conservação dos recursos hídricos e saneamento	1			1	1	1	1			1		

Divulgação da legislação técnica e ambiental												
A. Campanha sobre legislação ambiental (implantação, manejo da produção e recuperação florestal) em áreas privadas dentro de uma APA										1		
A. Campanha sobre normas de produção orgânica	1				1		1	1		1		
Mobilização e disseminação de informações de boas práticas agropecuárias (ex. Unidades Demonstrativas do Projeto)												
A. Divulgação dos exemplos de sucesso existentes na APA	1	1	1		1		1	1	1			1
Mobilização e disseminação das possibilidades de acesso a incentivos econômicos e financeiros para a recuperação da vegetação nativa, MSP e MSF												
A. Divulgação de planos de negócio adaptados a diferentes métodos de recuperação da vegetação nativa na APA	1	1			1			1		1		1

A. Divulgação de instrumentos e mecanismos de financiamento (ex: fundo rotativo solidário)	1	1			1		1	1		1		1
--	---	---	--	--	---	--	---	---	--	---	--	---



INSTITUTO
INTERNACIONAL PARA
SUSTENTABILIDADE

MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE



III. Execução das ações do Plano de Sensibilização e Engajamento

Todas as ações propostas do Plano estão dentro das atividades (Implementar o plano de sensibilização; Realizar oficinas sobre MSP, MSF e recuperação de áreas e Produzir e distribuir conteúdo de divulgação e comunicação) descritas nas cadeias de resultado e cronograma enviados a UCP. E os prazos de início e fim dos temas propostos na tabela 2 estão de acordo com o cronograma de atividades gerais do Projeto GEF Áreas privadas, aprovado pelo MMA. Ressalta-se que a divulgação do conteúdo e comunicação das ações elaboradas podem ir além do prazo final previsto na tabela 2, pois estão relacionados a estratégia de comunicação do Projeto cujo prazo para a sub-estratégia de Sensibilização (1.1.1.1) é Abril de 2022.

O cronograma abaixo indica quando cada tema será abordado na APA São João (

Tema Gerais	Cronograma do Plano de Sensibilização																			
	PY1				PY2				PY3				PY4				PY5			
	2018		2019		2019		2020		2020		2021		2021		2022		2022		2023	
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
	MJJ	ASO	NDJ	FMA	MJJ	ASO	NDJ	FMA	MJJ	ASO	NDJ	FMA	MJJ	ASO	NDJ	FMA	MJJ	ASO	NDJ	FMA
Divulgação institucional do Projeto e do IIS																				
Divulgação dos benefícios de boas práticas para o manejo integrado da paisagem																				
Conscientização e Educação Ambiental																				
Divulgação da legislação técnica e ambiental																				
Mobilização e disseminação de informações de boas práticas agropecuárias (ex. Unidades Demonstrativas do Projeto)																				
Mobilização e disseminação das possibilidades de acesso a incentivos econômicos e financeiros para a recuperação da vegetação nativa, MSP e MSF																				

). As ações referentes ao tema *Divulgação institucional do Projeto* já vem ocorrendo através da organização de e/ou participação em eventos na APA, e através da presença do Ponto Focal e do restante da equipe em reuniões locais. Algumas ações ligadas aos temas *Divulgação dos benefícios da implementação de boas práticas*, *Divulgação da legislação técnica e ambiental*, e *Mobilização e disseminação de informações de boas práticas agropecuárias* já estão em andamento. Os demais temas começarão a ser executadas no Ano 3 (PY3) do Projeto.

Comentado [VM1]: Á UCP: dentro dessas atividades constam a oficina de legislação e oficina sobre pecuaria sustentável, ambas previstas para março/20 e adiadas por conta do Covid-19. Provavelmente, esse cronograma precisará ser revisto por conta da impossibilidade de viagens da equipe devido a pandemia.

Tabela 2. Cronograma trimestral (2018-2023) relacionado a implementação dos temas gerais do Plano de Sensibilização e Engajamento do Projeto GEF Áreas Privadas.



INSTITUTO INTERNACIONAL PARA SUSTENTABILIDADE

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE



Cronograma do Plano de Sensibilização																				
Tema Gerais	PY1				PY2				PY3				PY4				PY5			
	2018		2019		2019		2020		2020		2021		2021		2022		2022		2023	
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
	MJJ	ASO	NDJ	FMA	MJJ	ASO	NDJ	FMA	MJJ	ASO	NDJ	FMA	MJJ	ASO	NDJ	FMA	MJJ	ASO	NDJ	FMA
Divulgação institucional do Projeto e do IIS																				
Divulgação dos benefícios de boas práticas para o manejo integrado da paisagem																				
Conscientização e Educação Ambiental																				
Divulgação da legislação técnica e ambiental																				
Mobilização e disseminação de informações de boas práticas agropecuárias (ex. Unidades Demonstrativas do Projeto)																				
Mobilização e disseminação das possibilidades de acesso a incentivos econômicos e financeiros para a recuperação da vegetação nativa, MSP e MSF																				

Com base nas ações específicas (Tabela 1) e no cronograma de temas relacionados as ações (Tabela 2), a equipe do Projeto irá desenvolver e preparar o conteúdo para a realização dos eventos (oficinas, reuniões etc), para as campanhas de conscientização e educação ambiental, para a divulgação de cada tema, e mobilização dos atores para conhecimento e adoção de boas práticas agropecuárias. Cada ação será detalhada quanto aos objetivos, resultados esperados, público-alvo, assim como contará com a elaboração dos materiais necessários, o que inclui possíveis dinâmicas de grupo, materiais de comunicação e divulgação. Esse material será enviado a UCP para aprovação.

IV. Monitoramento das ações do Plano de Sensibilização e Engajamento

As ações do Plano de Sensibilização e Engajamento de atores serão avaliadas mediante: envolvimento dos atores nas atividades planejadas, eficiência em passar uma determinada mensagem, qualidade dos materiais desenvolvidos, impacto das atividades e reações nas mídias sociais. O monitoramento das ações será medido através da percepção de participantes e equipe do Projeto GEF Áreas Privadas, por caixa de opiniões, grupos focais, pesquisa de opinião, além da presença dos atores nas atividades e número de visualizações nas mídias sociais. Serão elaborados relatórios, vídeos, fotos e lista de presença das ações que poderão comprovar os indicadores, como pode ser visto na Figura 16.

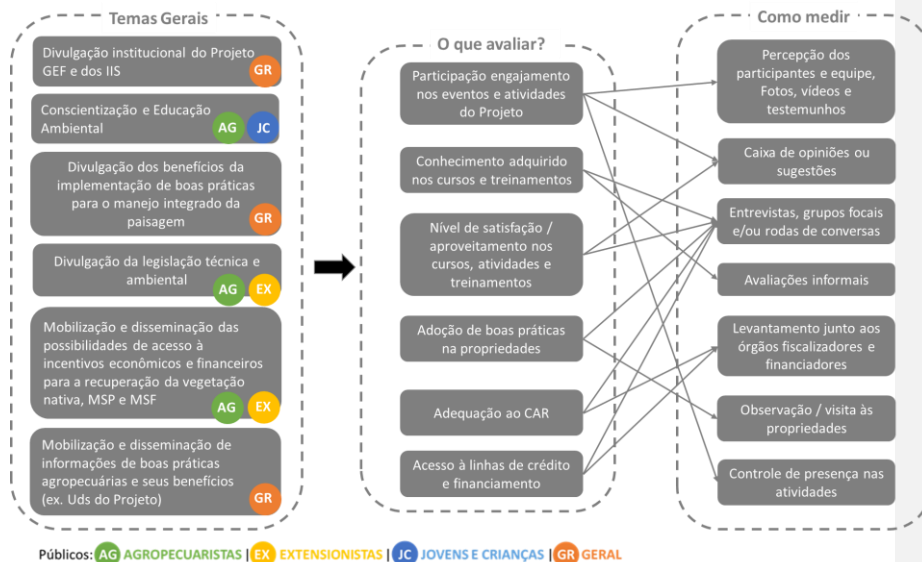


Figura 16 - Resumo esquemático da avaliação e medição do impacto das macroações nos atores-chaves da APA São João.

Os indicadores propostos (*Como medir*) na Figura 16 devem ser medidos a cada ação do Plano de Sensibilização e Engajamento, de forma a não apenas avaliar o desempenho da atividade com o público-alvo, mas também auxiliar na tomada de decisão, identificando pontos fortes e fracos, e servindo como aprendizado para as próximas atividades. Os indicadores irão nos ajudar a verificar se as ações estão atingindo um número de participantes cada vez maior, e otimizar recursos e esforços, no sentido de que se algo não está dando certo, a equipe pode realocar seu tempo para outra ação que gere mais resultado e atinja os objetivos do Plano e do Projeto.

Os resultados do Plano de Sensibilização e Engajamento, assim como de todo o Projeto serão divulgados a diversos atores, dentro e fora da APA São João, pelo programa de lições aprendidas do Projeto. Dessa forma, espera-se que os erros e acertos do Plano e do Projeto sejam úteis para outros Projetos no Brasil e no exterior.

REFERÊNCIAS

- BRASIL, L. N. (2017). 11.428, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2006. Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, e dá outras providências. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111428.htm, 20.
- BRASIL/MMA. 2017. Decreto nº 8.972. Plano Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa (PLANAVEG).
- CBD (Convention of Biological Diversity) Secretariat. 2020. Zero draft of the post-2020 global biodiversity framework note by the co-chairs. open-ended working group on the post-2020 global biodiversity framework Second meeting Kunming, China, 24-29 February 2020.
- Diederer, P., Van Meijl, H., Wolters, A. & Bijak, K. 2003. Innovation adoption in agriculture: innovators, early adopters and laggards. Cahiers d'Economie et de Sociologie Rurales, INRA Editions, 67, pp.29-50.
- Grupo Gestor da Agenda 21 COMPERJ (Petrobrás, MMA, SEA-RJ). 2011. Agenda 21 – Silva Jardim.
- Hesselink, F., Goldstein, W., Van Kempen, P. P., Garnett, T. & Dela, J. 2007. Communication, education and public awareness (CEPA): a toolkit for national focal points and NBSAP coordinators. (Secretariat of the Convention on Biological Diversity and IUCN) Montreal, Canada.
- Holl, K. D., Daily, G. C., & Ehrlich, P. R. (1995). Knowledge and Perceptions in Costa Rica Regarding Environment, Population, and Biodiversity Issues. Conservation Biology, 9(6), 1548–1558.
- IBGE (2017). Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuário/censo-agropecuário-2017>. Acesso em: 12 de março de 2019.
- IBGE (2019). Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pam/tabelas>. Acesso em: 14 de março de 2019.
- IIS 2019. Diagnóstico socioeconômico e ambiental da APA da Bacia do Rio São João/Mico Leão Dourado, Rio de Janeiro, Brasil. Instituto Internacional para Sustentabilidade. Rio de Janeiro, Brasil. pp. 66.



INSTITUTO
INTERNACIONAL PARA
SUSTENTABILIDADE

MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE



- Mansourian, S., Razafimahatratra, A., & Vallauri, D. (2018). Lessons Learnt from 13 Years of Restoration in a Moist Tropical Forest: The Fandriana-Marolambo Landscape in Madagascar. Disponível em: <http://forestsolutions.panda.org/uploads/default/casestudies/field_study_lessons_learned_from_13_years_of_restoration_in_the_fandriana_marolambo_lands.pdf>. Acesso em: mar/2020.
- McKenzie-Mohr, D. (2011). Fostering sustainable behavior: An introduction to community-based social marketing. New Society Publishers (3rd ed.). pp.192
- Projeto Mapbiomas. Coleção 4.1 da série anual de mapas de cobertura e uso de solo do Brasil. Disponível em: <<http://mapbiomas.org>>. Acesso em: 07 fev. 2019
- Serviço Florestal Brasileiro - SFB. Base de imóveis do SICAR: Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural. Disponível em: <<http://www.car.gov.br>>. Acesso em: 07 fev. 2019.
- Soares-Filho, B., Rajão, R., Macedo, M., Carneiro, A., Costa, W., Coe, M., ... & Alencar, A. (2014). Cracking Brazil's forest code. Science, 344(6182), 363-364.
- SISAGUA 2018. Você bebe agrotóxicos? Descubra se a água da sua torneira foi contaminada, de acordo com dados do Sisagua. Disponível em: <<https://portrasdoalimento.info/agrotoxico-na-agua/>>. Acesso em: 30 fev. 2019.



INSTITUTO
INTERNACIONAL PARA
SUSTENTABILIDADE

MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE

